

# **O Ensino de Gênero na formação de Profissionais da Saúde: relações entre práticas educativas e a construção de diagnósticos**

## **Gender teaching in the training of Health Professionals: relations between educational practices and the construction of diagnoses**

**Muriel Closs Boeff**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
muri.cb@hotmail.com

**Tatiana de Souza Camargo**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
tatiana.camargo@ufrgs.br

### **Resumo**

Pensar o gênero no campo da saúde tem sido cada vez mais importante, ainda mais quando discutimos o processo de construção de um diagnóstico em saúde mental. Nesse sentido, está pesquisa teve como objetivo investigar o ensino da temática de gênero nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, especificamente nos cursos de Psicologia, Medicina e Residência em Psiquiatria. Para isso, foi realizada uma análise das grades curriculares dos respectivos cursos e constatou-se que apenas duas instituições de ensino ofereciam disciplinas envolvendo a temática de gênero, sendo elas, entretanto, optativas. A partir disso, discutiu-se a construção de diagnósticos em saúde mental, além de demonstrar o quanto o ensino da temática de gênero em cursos na área da saúde ainda é incipiente, apesar da fundamental importância que o tema mantém com este campo de formação profissional.

**Palavras chave:** educação em saúde, gênero, saúde mental, práticas educativas, promoção da saúde.

### **Abstract**

Thinking about gender in the health field has become increasingly important, especially when we discuss the process of building a mental health diagnosis. In this sense, this research aimed to investigate the teaching of gender issues at Federal Universities in Rio Grande do Sul, specifically in the courses of Psychology, Medicine and Psychiatry Residency. For this, an analysis of the curricular grids of the respective courses was carried out and it was found that only two educational institutions offered disciplines involving the theme of gender, which are, however, optional. Based on that, the construction of diagnoses in mental health was discussed, in addition to demonstrating how incipient the teaching of gender issues in health courses is, despite the fundamental importance that the theme has in this field of professional training.

**Key words:** health education, gender, mental health, educational practices, health promotion.

## **Introdução: Gênero e Saúde Mental**

Gênero, segundo Patel (2005), apresenta-se como um determinante social extremamente significativo, devendo ser incluído nos processos de investigação e compreensão da saúde mental em todo o mundo. Entretanto, como discute Zanello (2018), os estudos realizados sob esta perspectiva ainda são escassos, considerando-se tanto a realidade nacional quanto a internacional. Nesse sentido, quando pensamos em doença mental, Foucault (1982) nos ensina que, muito mais do que um campo que foi descoberto, ela se configura como uma entidade produzida. Podemos perceber este fato quando observamos que o louco, ao ser transformado e nomeado em doente mental, acabou por ser separado de outros grupos, marginalizado e excluído nos hospitais psiquiátricos, passando a ser visto como um objeto de estudo. Todavia, há um fato que precisa ser destacado: dentro da história da loucura e da história da psiquiatria, foi a voz das mulheres, acima de tudo, a que mais foi (e segue sendo) silenciada.

Considerando uma trajetória que inicia com a criação dos manicômios, passa pela exclusão e classificação do louco como aquele que é desviante das normas sociais vigentes, alcançando o advento da criação de manuais diagnósticos e o amplo uso dos mais variados coquetéis medicamentosos, atualmente a discussão do processo de diagnósticos em saúde mental, especificamente em mulheres, surge como uma grande necessidade. É a partir disso que Zanello (2018) apresenta o que ela nomeia de gendramento dos sintomas. Para a autora, este termo diz respeito ao que é classificado, por profissionais da área da saúde, como uma expressão aceitável ou não de um determinado sintoma. Um exemplo poderia ser o choro, afinal, ele é amplamente permitido e até incentivado nas mulheres, enquanto que nos homens costuma ser inibido e até repreendido veementemente. Porém, ainda segundo a autora, muitos manuais de classificação diagnóstica realizam uma associação entre a tristeza e o choro. Nesse sentido, “seria à toa que índices epidemiológicos de depressão sejam mundialmente bem maiores em mulheres?” (ZANELLO, 2018, p. 23).

Pensando na problematização do gendramento dos sintomas e também dos diagnósticos, buscou-se realizar a presente pesquisa, que consistiu em um levantamento acerca do ensino da temática de gênero nos cursos de Psicologia, Medicina e nas Residências em Psiquiatria de todas as Universidades Federais do Estado do Rio Grande do Sul. Ressalta-se aqui que este trabalho configura-se como um recorte da tese de doutorado da autora, sendo então apenas o produto das pesquisas iniciais à que a construção da tese se propõe. Dessa forma, não se estabelece aqui qualquer tentativa de esgotar o assunto, tendo-se consciência da necessidade de seguir investigando o tema e do aprofundando das análises, bem como do recorte metodológico.

Assim sendo, ressaltamos que da mesma forma como a OMS (2018) já observou em seu relatório *Gender and Women's Mental Health*, que os profissionais da saúde apresentam maior tendência em diagnosticar depressão em mulheres do que em homens, mesmo quando ambos alcançam escores semelhantes em testes padronizados para avaliar a patologia, nos perguntamos por que ainda segue sendo tão incipiente o questionamento dos dados epidemiológicos em saúde mental, no mundo inteiro? Por que ainda existem poucos estudos que buscam investigar a relação entre gênero e diagnóstico em saúde mental? Por que ainda sabemos tão pouco sobre o ensino de gênero em cursos que trabalham diretamente com a saúde mental da população? Por que ainda deixamos de investigar o quanto a avaliação de um profissional da saúde, no momento de realizar um diagnóstico, pode estar sendo atravessada

pelas suas próprias concepções de gênero? Estes são alguns dos questionamentos que, como mencionado anteriormente, a pesquisa de doutorado da autora estará buscando discutir. Neste trabalho, entretanto, serão apresentados apenas os primeiros achados do início da caminhada.

## Caminhos Metodológicos

Para organização metodológica desta pesquisa, adotou-se os seguintes critérios: inicialmente foi necessário identificar quantas Universidades Federais estavam localizadas no Rio Grande do Sul, desconsiderando às que apenas possuem polos no Estado. Foram localizadas 6 Universidades Federais, sendo elas: Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Após a identificação das mesmas, foi acessado o site institucional de cada Universidade, buscando localizar as informações curriculares dos seguintes cursos: Psicologia, Medicina e Residência em Psiquiatria (se houvesse). Ao localizar a grade curricular de cada curso, analisou-se todas as disciplinas ofertadas pelos mesmos, englobando aqui às obrigatórias e às optativas, objetivando identificar se em algum momento da formação destes profissionais o ensino da temática de gênero estava sendo oferecido pela Universidade. Optou-se pela escolha dos cursos anteriormente mencionados uma vez que entende-se que estes são, atualmente, os profissionais da saúde mais envolvidos com atendimentos no campo da saúde mental. A tabela A mostra os resultados alcançados com esta fase da pesquisa.

Aqui, novamente, surge a necessidade de um parêntese sobre o desenvolvimento do trabalho. Traçar um caminho metodológico na pesquisa de educação em ciências e educação em saúde exige um delineamento específico. Porém, este é apenas um recorte de uma pesquisa de maiores proporções, ou seja, a tese de doutorado da autora, sendo que a descrição metodológica do produto final estará devidamente embasada com a literatura e as indicações de autores da área em estudo.

**Tabela A:** Ensino de Gênero em Universidades Federais do Rio Grande do Sul

Universidade	Curso	Possui ensino de Gênero
UFCSPA	Psicologia	Não
	Medicina	Não
	Residência em Psiquiatria	Não
UFPel	Psicologia	Não
	Medicina	Não
	Residência em Psiquiatria	Não
UFSM	Psicologia	Não
	Medicina	Não
	Residência em Psiquiatria	Não possui o curso
Unipampa	Psicologia	Não possui o curso
	Medicina	Não
	Residência em Psiquiatria	Não possui o curso

FURG	Psicologia	Sim – 1 optativa
	Medicina	Sim – 1 optativa
	Residência em Psiquiatria	Não possui o curso
UFRGS	Psicologia	Sim – 1 optativa
	Medicina	Sim – 1 optativa
	Residência em Psiquiatria	Não foi possível localizar a grade curricular

Fonte: elaborado pela autora

## Discussão dos achados

Para observar os dados epidemiológicos em saúde mental no Brasil, pode-se tomar como base os resultados da primeira Pesquisa Nacional de Saúde realizada pelo IBGE em 2013, com validade de 5 anos. Como resultado, mostrou-se que 11 milhões de brasileiros com mais de 18 anos se autodeclararam com depressão, representando um total de 7,6% da população. A região Sul obteve os maiores índices, com concentração de 12,6%. Já quando foram comparados os resultados entre homens e mulheres (assim autodeclarados), pode-se observar uma maior prevalência de depressão nas mulheres (10,9%) em comparação aos homens (3,9%). Além disso, destas 52,3% declararam fazer uso de algum tipo de medicação para o tratamento da depressão. A segunda Pesquisa Nacional de Saúde tinha previsão de iniciar no segundo semestre de 2019, ainda não sendo possível acessar seus resultados. Já em escala global, em 2011 a OMS lançou o relatório denominado Mulheres e Saúde mostrando que 73 milhões de mulheres adultas sofrem com episódios de depressão a cada ano. Em relação ao acesso à tratamentos, o relatório indica que em países desenvolvidos até 40% das mulheres conseguem receber tratamento. Este índice cai para 14% nos países de baixa renda. No site da Organização, até o momento não há novos relatórios específicos sobre mulheres e condições de saúde.

Muito além de considerar a parcela da população que consegue acessar algum tipo de serviço de saúde, também há outros aspectos envolvidos na construção de um diagnóstico. Para Zanello (2018), para que o profissional de saúde possa delimitar um diagnóstico, o paciente deveria relatar ou apresentar um conjunto de sintomas, sendo estes classificados a partir de manuais como o DSM<sup>1</sup> e a CID<sup>2</sup>. A partir disso, segundo a autora, sob uma perspectiva de gênero, pode-se observar a existência de três grandes limitações: a primeira diz respeito ao gendramento de sintomas, o que implica em uma avaliação por parte dos profissionais da saúde sobre o que seria uma expressão aceitável ou não de um determinado sintoma. Um exemplo é a tolerância e até mesmo o incentivo do choro para às mulheres, enquanto que para os homens, o mesmo é repreendido e muitas vezes condenado; como segunda limitação, a autora menciona os estudos de Phillips e First (2008) e Widiger e First (2008) quando estes discutem duas tendências atuais que buscam superar a limitação da análise de sintomas sem se desfazer dos manuais. Para os autores, há vertentes que defendem uma descrição de sinais e sintomas de doenças de uma forma diferenciada para homens e mulheres. Por outro lado, há quem defenda a existência de uma diferença no número de sintomas necessários para fechar um diagnóstico em casos de mulheres e homens. Apesar dessas discussões, a última versão do DSM lançada em 2014 pela

1 Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

2 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde

APA ainda não apresentou mudanças significativas nesses quesitos; por fim, como terceira limitação, Zanello (2018) refere que é fundamental considerar as concepções e interpretações de gênero desenvolvidas pelo próprio profissional da saúde que realizará um diagnóstico. Este aspecto é muito importante uma vez que, apesar de o sintoma ser manifestado através de uma queixa do paciente, ele sempre será interpretado pelo profissional. Ou seja, “em saúde mental, o diagnóstico médico não é, jamais, um ato neutro e nem baseado em um processo de mensuração. É um ato de julgamento moral.” (ZANELLO, 2018. p. 24).

Nesse sentido, investigar o ensino de gênero nos cursos de graduação e residência médica de profissionais que atuam na linha de frente dos cuidados em saúde, incluindo aqui a saúde mental, torna-se importante para a discussão da relação que se estabelece entre gênero e diagnóstico. Pensar a formação do profissional não diz respeito apenas a investigação sobre a existência, ou não, de uma compreensão teórica sobre o conceito de gênero. Mas também, nos mostra que a relação profissional-paciente engloba os mais diferentes aspectos políticos, econômicos e sociais, sendo que receber um diagnóstico pode ser, antes de tudo, uma forma de maquiar opressões de gênero a que tantas mulheres seguem sendo submetidas. Por isso questionamos: se gênero fosse um tema com espaço de discussão maior nos cursos de graduação dos profissionais da saúde, nossos dados epidemiológicos em saúde mental seguiriam os mesmos?

Analisando o levantamento de dados desta pesquisa, pode-se observar que apenas a FURG e a UFRGS oferecem uma oportunidade para que os estudantes dos cursos de Medicina e Psicologia possam cursar uma disciplina de gênero. Entretanto, as disciplinas em questão são optativas. Na FURG, segundo consulta da grade curricular dos cursos, os estudantes de ambos podem cursar a disciplina chamada Gênero e Sexualidade nos Espaços Educativos, tendo esta como objetivo realizar uma discussão a respeito das questões dos corpos, gêneros e sexualidades na contemporaneidade. Já na UFRGS, a disciplina está intitulada como Gênero e Sexualidade nos modos de Subjetivação contemporâneos, tendo como descrição das atividades o foco na discussão sobre a construção dos conceitos de gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva pós-estruturalista. Na UFRGS a mesma disciplina também é oferecida nos dois cursos.

Em relação a análise das demais disciplinas oferecidas ao longo dos cursos de graduação e residência, com exceção daqueles em que não foi possível acessar às informações através do site institucional das Universidades, não foi possível localizar qualquer outra disciplina que introduzisse algum conteúdo relacionada ao conceito de gênero. De forma semelhante, nas disciplinas relacionadas ao ensino de Psicologia nos cursos de Medicina, o objetivo central se localizava sobre a relação médico-paciente e a apresentação dos transtornos mentais mais comuns, sua classificação e formas de tratamento (psicoeducativos e medicamentosos). Já nos cursos de Psicologia, o foco se repetia, com exceção do tratamento medicamentoso, já que este não é competência do profissional.

Sabe-se que o profissional da área da saúde é ensinado a realizar diagnósticos, especialmente os da área médica. Dalgarrondo (2000) refere que o critério diagnóstico amplamente utilizado nos últimos anos, pelos manuais como CID e DSM, está pautado sobre pressupostos epistemológicos baseados na existência de síndromes. Dessa forma, o profissional estuda a semiologia dos transtornos, ou seja, estuda os sinais e sintomas de uma doença, buscando identificar alterações físicas e mentais. É dessa maneira que ele passa a entender o sintoma como algo que aparece através da queixa do paciente e o sinal como um aspecto mais objetivo, mais visível, ambos sendo investigados para chegar a um diagnóstico. É exatamente na investigação de sintomas e sinais que Zanello (2014) nos mostra o quanto o gênero se faz presente. Para a autora, se o sujeito se constitui através das relações de gênero, como seria

possível desconsiderar a participação de valores, estereótipos, concepções e ideias no momento em que ele relata um sintoma? E da mesma forma, como desconsiderar estes aspectos no momento em que sua queixa é “avaliada e classificada” pelo profissional da saúde?

Entende-se assim que ao introduzir a perspectiva de gênero no campo da saúde mental abre-se a possibilidade para discussão do porquê, ainda hoje, a tolerância a comportamentos agressivos segue sendo diferente para homens e mulheres, ou até mesmo porque a expressão sexual é vista e interpretada de formas distintas, entre tantos outros exemplos que poderiam ser citados. É dessa forma que Zanello (2014) nos mostra que é fundamental compreender que as relações de gênero não se expressam somente no que o próprio paciente relata como um sintoma, mas sim, e com implicações bastante delicadas, estão refletidas no que o próprio profissional entende e pensa sobre o significado de ser mulher ou homem na atualidade. Afinal, além da semiologia, a concepção de gênero também faz parte da pirâmide que constrói um diagnóstico. Então, por que ainda não estamos falando sobre isso no momento da formação de um profissional?

### Considerações Finais

Acreditamos que a abertura de espaços de discussão acerca da formação e ensino de gênero para os profissionais da área da saúde, responsáveis por diagnósticos e consequentemente por dados epidemiológicos sobre os quais políticas públicas se organizam, se faz urgente. É dentro dessa urgência que este trabalho se configura como um recorte da tese de doutorado da autora, a qual buscará investigar a relação entre gênero e construção de diagnósticos em saúde mental, especialmente entendendo a importância deste estudo no que tange a discussão crítica sobre as implicações de um diagnóstico na vida de mulheres.

Ressaltamos que o objetivo deste trabalho nunca será questionar a existência de fatores e condições biológicas na manifestação de transtornos mentais. Entretanto, esta modalidade de pesquisa luta pela inclusão de uma interface entre mente, cérebro, corpo e cultura. Porém, para que isso seja possível, precisamos seguir nos questionando como um campo de discussão pode ser expandido se ele praticamente ainda não existe nem na formação inicial de um profissional?

### Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM - 5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CLASSIFICAÇÃO Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. **CID – 10**. Disponível em: <<https://www.cid10.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

IBGE. Depressão. **Pesquisa Nacional de Saúde**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. 2013. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>>. Acesso em 14 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Gender and Women’s mental health**, 2018. Disponível em: <[http://www.who.int/mental\\_health/prevention/genderwomen/en/](http://www.who.int/mental_health/prevention/genderwomen/en/)>. Acesso em: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e Saúde:** evidências de hoje, agenda de amanhã. 2011. Disponível em: <[https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres\\_Saude.pdf?ua=1](https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf?ua=1)>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PATEL, V. Gender and Mental Health: a review of two textbooks of psychiatry. **Economic and Political Weekly**, v. 40, n. 18, p. 1850-1858, 2005. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4416569?seq=1>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PHILLIPS, K. A.; FIRST, M. B. Gênero e Idade: considerações no diagnóstico Psiquiátrico: agenda de pesquisa para o DSM-V. In: NARROW, W. E. et al. (Org.). **Gênero e Idade: Considerações no Diagnóstico Psiquiátrico**. São Paulo: Rocca, 2008.

WIDIGER, T. A.; FIRST, M. B. Gênero e Idade: considerações no diagnóstico Psiquiátrico: agenda de pesquisa para o DSM-V. In: NARROW, W. E. et al. (Org.). **Gênero e Idade: Considerações no Diagnóstico Psiquiátrico**. São Paulo: Rocca, 2008.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Cultura e Processos de Subjetivação. In: \_\_\_\_\_. **Saúde Mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

\_\_\_\_\_. A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. (Org.). **Saúde Mental e Gênero:** diálogos, práticas e interdisciplinaridade. Curitiba: Appris, 2014.